

Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas?

Movimentos sociais e rebeliões no Sul global

A “Thompsonian” pattern of labour unrest?

Social movements and rebellions in the Global South

Ruy Braga*

Resumo: Neste artigo, argumentaremos que o chamado padrão fordista de agitação trabalhista foi uma exceção histórica e geográfica, e que o foco nesse modelo dificultou a identificação de padrões alternativos de mobilização dos trabalhadores, sobretudo no chamado Sul global. Consideramos que a problematização elaborada por Beverly Silver a respeito dos padrões de agitação trabalhista dominantes no século XX superou o viés eurocêntrico da análise dos conflitos trabalhistas, redefinindo o campo de estudos do trabalho global. No entanto, diante da retomada das formas de mobilização coletiva dos trabalhadores em escala global após o advento da crise da globalização capitalista inaugurada em 2008, entendemos fazer-se necessário repensar os modelos (“marxiano” e “polanyiano”) de agitação trabalhistas sugeridos por Silver. Em suma, ao destacarmos a resistência contemporânea à mercantilização, em especial por parte do “precariado global”, devemos esperar encontrar a luta de classes, mas não em sua roupagem industrial ou fordista. Para tanto, uma recuperação da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson parece-nos útil para pensarmos o atual padrão de agitação trabalhista em escala mundial.

Palavras-chave: Precariado; globalização; sindicalismo; crise; lutas de classes; Thompson.

Abstract: In this article, we will argue that the so-called Fordist pattern of labor unrest was a historical and geographical exception and that the focus on this model made it difficult to identify alternative patterns of worker mobilization, especially in the so-called global South. We consider that the problematization elaborated by Beverly Silver regarding the dominant labor unrest patterns in the 20th century overcame the Eurocentric bias of the analysis of labor

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8512-4306>. E-mail: ruy.braga@usp.br.

conflicts, redefining the field of studies of global work. However, in view of the resumption of forms of collective mobilization of workers on a global scale after the advent of the crisis of capitalist globalization inaugurated in 2008, we believe it is necessary to rethink the models (“Marxian” and “Polanyian”) of labor unrest suggested by Silver. In short, by highlighting the contemporary resistance to commodification, especially on the part of the “global precariat”, we should expect to find the class struggle, but not in its industrial or Fordist guise. Therefore, a recovery of the work of the English historian Edward Palmer Thompson seems to us useful to think about the current pattern of labor unrest on a world scale.

Keywords: Precariat; globalization; unionism; crisis; class struggles; Thompson.

Apresentação

MARX COMPREENDIA O CAPITAL como uma força social alienada formada por trabalho abstrato cujo impulso semovente de autovalorização não se interrompe diante de fronteiras nacionais. Além disso, no capítulo de sua *opus magnum* dedicado à acumulação primitiva, ele associou diretamente a formação da classe operária na Inglaterra à expansão da escravidão nas Américas e à exploração da imigração irlandesa pelos industriais britânicos. Por sua vez, Weber identificou no processo de imigração do trabalhador rural polonês para a Prússia oriental, na segunda metade do século XIX, tanto uma ameaça para as reformas sociais que ele aspirava quanto um estímulo alarmante à luta de classes numa Alemanha recém-unificada. Uma perspectiva histórica e geográfica ampliada capaz de interpelar o conflito entre o capital e o trabalho como um processo evolvente desenrolando-se em escala internacional, ao contrário do que muitos podem imaginar, faz parte do âmago das preocupações da sociologia desde o século XIX.¹

No entanto, apesar de intuitivamente óbvio, sempre foi muito difícil investigar empiricamente o entrelaçamento entre o comportamento político das forças sociais do trabalho e os fluxos mundiais de investimento capitalista, devido à falta de dados suficientemente amplos para abranger o mercado mundial. Além disso, as informações relativas à agitação trabalhista, isto é, as formas de resistência ao prolongamento, à intensificação e à degradação do trabalho, aos baixos salários, ao desemprego, à proletarização forçada e à destruição de modos de vida tradicionais, em escala global, foram sempre muito heterogêneas, inviabilizando uma comparação bem assentada cientificamente.

Esse cenário alterou-se de maneira notável a partir da construção da base de dados do *World Labor Group* do Centro Fernand Braudel, associado à Universidade de Binghamton, publicada em 1995 na forma de uma edição especial da revista *Review*. Coube a Beverly Silver ampliar e atualizar a base de dados produzida pela equipe original do projeto e sintetizar alguns dos achados principais da pesquisa no livro *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870* (1999).²

1 Cf. ARRIGHI, Giovanni. Globalization and Uneven Development. In: ROSSI, Ino (Ed.). **Frontiers of Globalization Research: Theoretical and Methodological Approaches**. Boston: Springer, 2007.

2 Cf. SILVER, Beverly. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Antes da base de dados produzida pelo *World Labor Group*, contávamos com informações muito parciais e concentradas espacialmente, além de limitadas quase que exclusivamente ao uso de estatísticas oficiais de greves, para por exemplo examinarmos o *destino do sindicalismo*, título da obra daquele que foi o pioneiro da área de estudos do trabalho global no Brasil, Leôncio Martins Rodrigues. Publicado em 1999 e amparado em um admirável acúmulo de dados colhidos na Organização Internacional do Trabalho, o livro de Rodrigues argumentou que o poder sindical iria inelutavelmente fragilizar-se, erodido por novas formas de contratação do trabalho e ajustes tecnológicos trazidos pela globalização neoliberal. De acordo com Rodrigues, os sindicatos seguiriam existindo, mas sem influenciar de modo significativo a vida política das diferentes sociedades nacionais nas quais estivessem inseridos.³

Esta não era uma conclusão óbvia para os estudiosos brasileiros, o que talvez ajude a explicar a recepção um tanto áspera do livro, corroborada por resenhas críticas de alguns de seus ex-orientandos.⁴ Afinal, apesar do nítido declínio do ponto de vista das taxas de sindicalização, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o movimento sindical brasileiro terminava a década de 1990 com boas chances de eleger presidente da república sua principal liderança. E o mesmo acontecia em outros países do chamado Sul global, como a África do Sul, onde ainda existia esperança de que o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, o Cosatu, pudesse ajudar a reverter o curso neoliberal que o governo de Thabo Mbeki impunha ao país.⁵

Na realidade, o livro de Rodrigues revela tanto o esplendor, isto é, uma esmerada análise dos dados e um destacado esforço de síntese teórica, quanto as principais insuficiências do campo de estudos do trabalho global dos anos 1980 e 1990: um foco quase que exclusivo nos países do Norte global, no movimento sindical fordista como principal agente de mobilização da classe trabalhadora e no local de trabalho como espaço de intervenção por excelência da política classista. A partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, os estudos do trabalho global usualmente reproduziam essas fragilidades.

Neste artigo, argumentaremos que *o chamado padrão fordista de agitação trabalhista, orientado pela negociação coletiva entre trabalhadores, empresas e governos, e focado na ação coletiva de sindicatos, foi uma exceção histórica e geográfica e que o foco nesse modelo dificultou a identificação de padrões alternativos de mobilização dos trabalhadores, sobretudo no chamado Sul global*. Esse cenário alterou-se substancialmente nas décadas de 1980 e 1990, a partir da internacionalização da crise do fordismo e da emergência dos chamados estudos do trabalho global, tendo o livro de Beverly Silver colaborado de maneira notável para a evolução do campo por meio da identificação de padrões dissonantes de agitação trabalhista ao longo do século XX e, em especial, depois da Segunda Guerra Mundial.⁶

Após o aparecimento de um conjunto de estudos dedicados à suposta emergência do novo transnacionalismo dos trabalhadores nos anos 2000, a crise da globalização neoliberal inaugurada em 2008 semeou novos estudos do trabalho global cujo traço mais saliente

3 Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

4 Cf. BOITO, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Eds.) **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

5 Cf. WEBSTER, Edward. The politics of economic reform: Trade unions and democratization in South Africa. **Journal of Contemporary African Studies**, 16:1, 39-64, 1998.

6 Cf. SILVER, Beverly. *Ibidem*.

consiste em valorizar as práticas políticas dos trabalhadores informais, pobres e precários, inseridos num contexto histórico marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais. A partir de um olhar informado pelas mudanças na agenda investigativa do campo de estudos do trabalho global, como também por minha própria experiência de pesquisa em países como África do Sul, Brasil e Portugal, *buscaremos atualizar por meio de uma hipótese alternativa a problematização elaborada por Silver a respeito dos padrões de agitação trabalhista dominantes no século XX.*

1. Os limites do padrão fordista de agitação trabalhista

COM SILVER, APRENDEMOS que a hegemonia estadunidense no pós-Segunda Guerra não foi apenas geopolítica e econômica, mas igualmente teórica. Se olharmos para os anos 1950, por exemplo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, perceberemos o florescimento de uma teoria das relações industriais focada na ação do sindicalismo fordista e plasmada pela experiência da negociação coletiva. Quer estejamos falando da conhecida obra de Arthur Kornhauser, Robert Dubin e Arthur Ross, *Industrial Conflict* (1954), do trabalho de Arthur Ross e Paul Hartman, *Changing Patterns of Industrial Conflict* (1960), do influente livro de Ralf Dahrendorf, *Class and Conflict in Industrial Society* (1959), ou mesmo de um clássico como *Political Man* (1960), de Seymour Lipset, o tema predominante na análise das relações industriais em um contexto de mundialização do fordismo era o da “institucionalização do conflito trabalhista” via fortalecimento do poder sindical.⁷

Provavelmente Richard Hyman, em *Strikes* (1972), foi o primeiro sociólogo do trabalho a enfrentar conscientemente essa limitação ao comparar dados relativos a diferentes países europeus ocidentais a fim de ampliar o foco demasiado estreito na institucionalização do conflito trabalhista. Para tanto, ele destacou a natureza dual do sindicalismo, ou seja, tratando-o não apenas como instituição, como faziam os especialistas em relações industriais estadunidenses, mas igualmente como um movimento social. Hyman ocupou-se prioritariamente da relação dos sindicatos com forças sociais mais amplas e com diferentes tradições políticas do movimento operário internacional, criticando aqueles sindicalistas corporativistas que usualmente aceitavam “(...) a fragmentação capitalista da identidade social, separando as questões do trabalho dos lares, das comunidades e da cultura operária, priorizando o sindicato e a negociação coletiva sobre todo o resto”.⁸

No entanto, mesmo Hyman apoiou-se exclusivamente em dados de países europeus ocidentais, ou seja, os movimentos sociais e as tradições políticas aos quais ele alude foram modulados pela experiência da formação e da evolução das classes subalternas em países de capitalismo avançado, cuja etapa fordista inescapavelmente esteve marcada por relações corporativistas entre sindicatos, empregadores e Estados. Nesses países, os protestos de trabalhadores não sindicalizados, sobretudo imigrantes, ou mobilizações espontâneas, em especial de trabalhadores jovens, são ainda hoje rechaçados *in limine* pelo movimento sindical.

7 Cf. KORNHAUSER, A., DUBIN, R., ROSS, A. M. **Industrial conflict**. New York: McGraw-Hill, 1954; ROSS, Arthur M., HARTMAN, Paul I. **Changing Patterns of Industrial Conflict**. New York: John Wiley, 1960; DAHRENDORF, Ralf. **Class and Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959; LIPSET, Seymour M. **Political Man: The Social Bases of Politics**. New York: Doubleday, 1960.

8 HYMAN, Richard. **Strikes**. London: MacMillan, 1972, p. 235f.

Vale observar que não estamos reduzindo o corporativismo à função de – para lembrarmos Antonio Gramsci no “Caderno 22” – “elemento negativo da ‘polícia econômica’”.⁹ Para o marxista italiano, o corporativismo ligado ao fordismo é a política econômica capaz de possibilitar “a passagem para formas políticas e culturais mais avançadas sem cataclismas radicais e destrutivos de forma exterminadora”.¹⁰ Ou seja, o corporativismo fordista é a política econômica característica de um contexto mundial marcado pela construção das relações capitalistas de produção. E, mesmo em países do Sul global, como o Brasil, a África do Sul e a Coreia do Sul, o corporativismo sindical foi decisivo para a consolidação de identidades classistas que fortaleceram as relações industriais no pós-Segunda Guerra Mundial.¹¹

Para ficarmos apenas no caso brasileiro, a mobilização por parte dos sindicatos de tradições organizativas rurais de trabalhadores migrantes recém-chegados aos principais centros industriais inaugurou aquilo que Francisco de Oliveira chamou de “era das invenções” democráticas no país.¹² Ainda assim, o foco na ação coletiva dos sindicatos, tendo por base o modelo pan-europeu de relações industriais, acabou conduzindo a vanguarda da sociologia profissional do trabalho brasileira, sempre contando com Leôncio Martins Rodrigues à frente, a identificar no padrão das greves do período populista a resiliência do atraso rural e não a presença de uma ardente pulsão democratizante enraizada nos bairros populares e nos locais de trabalho, capaz de conquistar, fortalecer e ampliar direitos sociais universais.

Por corresponder a uma forma histórica muito limitada no espaço e no tempo, o padrão fordista do sindicalismo não deve ser interpretado como “polícia econômica”, nem tampouco como a política econômica por excelência das classes subalternas. Na realidade, os padrões da agitação dos trabalhadores ligados à dinâmica mundial da acumulação e das crises capitalistas, revelados pelo *World Labor Group*, permitiu-nos ampliar o foco histórico e geográfico da análise sociológica do trabalho, ponderando diferentes temporalidades em termos de formação classista e, ao mesmo tempo, retendo a importância dos sindicatos para a mobilização coletiva das classes subalternas. Assim, o modelo pan-europeu de relações industriais baseado no compromisso fordista pôde, finalmente, ser dessublimado, passando à condição de exceção histórica que teve um impacto profundo em uma parte limitada do mundo e por um período de tempo relativamente curto.¹³

Trata-se de uma dessublimação necessária, porém apavorante. Para Jan Breman e Marcel van der Linden (2014), por exemplo, quando ampliamos o foco histórico e geográfico da análise sociológica percebemos com nitidez que a norma do trabalho capitalista é a insegurança, a informalidade e a precariedade. Além disso, suas características centrais são o trabalho a tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho intermitente, o trabalho terceirizado, o trabalho por conta própria, o trabalho análogo ao escravo, as longas jornadas, a ausência de segurança no emprego e no processo de trabalho. Breman e van der Linden argumentam que

9 GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi Editore, 1975, p. 2157.

10 Idem. *Ibidem*, p. 1089.

11 Cf. WEBSTER, Edward. Race, labour process and transition: The sociology of work in South Africa. **Society in Transition**, v. 30, n. 1, 1999; and CHUN, Jennifer J. **Organizing at the Margins: The Symbolic Politics of Labor in South Korea and the United States**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

12 Cf. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

13 Cf. LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

esse regime precário de trabalho, que predominou nos países semiperiféricos e periféricos nos últimos 200 anos, está avançando rapidamente nos países capitalistas centrais.¹⁴

Todavia, como observa Sarah Mosoetsa (2011), o correto diagnóstico a respeito da exceção histórica e geográfica da relação salarial fordista não precisa desaguar em uma visão desalentada a respeito das possibilidades de organização dos trabalhadores precários e informais.¹⁵ Ou seja, apesar da natureza excepcional do compromisso fordista, ele pode e deve servir como um padrão a ser preservado pelos trabalhadores dos países centrais e conquistado pelos trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos. Ainda assim, tanto num caso como noutro, descobrimos se tratar de um desvio de rota e não de um caminho seguro.

E essa lição aprendida após a descolonização de nossas balizas teóricas teve por efeito valorizar o trabalho precário e as formas não canônicas de organização dos subalternos, como podemos verificar na pesquisa de Rina Agarwala a respeito dos movimentos eleitorais reivindicativos de trabalhadores informais indianos ou no estudo comparativo de Jennifer Chun sobre a redefinição das condições de trabalho de terceirizados nos Estados Unidos e na Coreia do Sul por meio de inovações na mobilização coletiva.¹⁶ Em linhas gerais, a ação organizada dos sindicatos deixou de ser contraposta à ação desorganizada dos movimentos espontâneos. Afinal, para lembrarmos Gramsci no “Caderno 25”, se desejamos compreender a mobilização popular precisamos valorizar “as formações autônomas dos subalternos, mesmo que apenas em relação a reivindicações parciais”.¹⁷

De certa maneira, o foco do marxista italiano nessas “formações autônomas” acentua a natureza relativamente indeterminada da relação entre estrutura de classe e formação de classe, indeterminação explorada por E. P. Thompson em sua obra dedicada à formação da classe operária inglesa. Nesse sentido, a estrutura de classe deve ser considerada como uma estrutura de relações sociais capaz de gerar uma matriz de interesses baseados tanto na espoliação social quanto na exploração econômica. No entanto, na medida em que muitas posições nessa estrutura acolhem conjuntos complexos desses interesses, formatados por valores nacionais e tradições culturais, eles configuram diferentes padrões evolutivos de agitação trabalhista.¹⁸

Ao classificar esses padrões desde o século XIX, Beverly Silver ajudou-nos a clarificar os limites da ideia, muito disseminada, segundo a qual o advento da globalização neoliberal dos anos 1970 implicaria um declínio inelutável do poder sindical. Recorrendo à teoria dos múltiplos ajustes capitalistas, isto é, os ajustes espacial, tecnológico, de produto e financeiro, Silver elaborou uma tese alternativa à “corrida ao fundo do poço” abraçada, entre outros, por Leôncio Martins Rodrigues nos anos 1990. De acordo com sua conhecida síntese, “para onde vai o capital, o conflito vai atrás”. Em outras palavras, para a sociologia do trabalho global,

14 Cf. BREMAN, Jan, LINDEN, Marcel van der. Informalizing the Economy: The Return of the Social Question at a Global Level. **Development and Change**, 45: 920-940, 2014.

15 Cf. MOSOETSA, Sarah. **Eating from One Pot: The Dynamics of Survival in Poor South African Households**. Johannesburg: Wits University Press, 2011.

16 Cf. CHUN, Jennifer J. Idem; e AGARWALA, Rina. **Informal Labor, Formal Politics, and Dignified Discontent in India**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

17 GRAMSCI, Antonio. Idem.

18 Cf. THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

não é correto falar em ruína do movimento sindical, mas em transformação permanente dos padrões organizativos da classe trabalhadora.

A percepção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos continuamente nos fornece um antídoto importante contra a tendência comum de sermos rígidos demais ao especificarmos quem faz parte da classe trabalhadora (sejam eles artesãos do século XIX ou operários da produção em massa do século XX). Portanto, em vez de enxergar um movimento ‘historicamente superado’ (Castells, 1997) ou uma ‘espécie residual e ameaçada de extinção’ (Zolberg, 1995), nossos olhos continuam abertos para sinais emergentes de uma nova formação de classe trabalhadora, assim como de um ‘contra-ataque’ daquelas classes trabalhadoras que estão sendo ‘desfeitas’. Uma das tarefas centrais passa a ser a identificação de novas respostas vindas de baixo, tanto para o lado criativo como para o lado destrutivo do desenvolvimento capitalista.¹⁹

De fato, se a relação entre o capital e o trabalho evolui em escala global subsumida a ajustes multiescalares entrelaçados à dinâmica geopolítica, assim como às crises econômicas cíclicas, então as classes trabalhadoras nacionais experimentam um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução de suas identidades coletivas e de suas formas organizativas. Assim, fenômenos associados usualmente à crise geral do sindicalismo – como o declínio da atividade grevista, o enfraquecimento da densidade sindical, o achatamento dos rendimentos do trabalho e a crise do protagonismo político dos trabalhadores – podem ser mais bem interpretados como momentos da desconstrução de uma classe trabalhadora específica, isto é, a fordista, e não como provas cabais do ocaso do movimento operário.

2. A crise de 2008 e os novos estudos do trabalho global

CONTUDO, SE OS TRABALHADORES não se encontram em uma corrida ao fundo do poço em termos organizativos impelida pela globalização neoliberal, quais seriam as principais características de sua reconstrução contemporânea? Uma conjectura que se popularizou entre os sociólogos do trabalho após o sucesso dos protestos contra o encontro da Organização Mundial do Comércio ocorridos em Seattle, em 1999, seguidos pela criação do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001, previa a revitalização do transnacionalismo operário. Em sua conhecida obra, *Globalisation and Labour: The New “Great Transformation”*, Ronaldo Munck, inspirado em Karl Polanyi, afirmou que a globalização neoliberal impulsionaria o declínio de antigas formas nacionais de organização dos trabalhadores, mas estimularia novas conexões entre movimentos trabalhistas no plano global, assegurando o advento de uma verdadeira “nova grande transformação”.²⁰

O caso citado com maior frequência em favor da hipótese da emergência desse novo transnacionalismo operário é o estadunidense, onde sucessivos ataques de governos neoliberais ao movimento sindical, especialmente após a aprovação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), teriam ampliado a visão dos sindicalistas, estimulando

19 Cf. SILVER, Beverly. Idem, pp. 34-35.

20 Cf. MUNCK, Ronaldo. *Globalisation and Labour: The New “Great Transformation”*. London: Zed Books, 2001.

o surgimento de novas estratégias organizativas, como as alianças transnacionais com sindicatos do Sul global, em especial os brasileiros. Segundo Peter Evans, a formação de redes transnacionais de sindicatos impulsionadas pelo movimento sindical brasileiro nos anos 2000 seria o melhor exemplo do novo transnacionalismo dos trabalhadores surgido no início do século XXI.²¹

Além do fortalecimento de Federações Sindicais Globais, como a UNI e a IndustriALL, da celebração de acordos marco globais por sindicatos independentes e da criação de redes de trabalhadores em empresas transnacionais, Evans percebeu nas alianças entre sindicatos do Norte e do Sul o embrião de um novo padrão de agitação trabalhista capaz de combinar a construção institucional ao estilo do sindicalismo europeu com campanhas corporativas ao estilo do sindicalismo estadunidense. E o movimento sindical brasileiro fortalecido pelos governos petistas parecia ser o nexos central para a formação e a consolidação de redes transnacionais de trabalhadores com potencial de estimular um projeto contra-hegemônico à globalização neoliberal. Ainda assim, Evans lembrou-se prudentemente de observar: “Os contextos políticos nacionais continuam a ser o maior determinante da sorte dos movimentos, e a habilidade dos grandes movimentos de trabalhadores no Sul para trazer contribuições-chaves para a arquitetura geral das forças sociais do trabalho global é uma possibilidade que depende das trajetórias políticas nacionais”.²²

A eclosão da crise da globalização neoliberal em 2008, acompanhada por uma longa depressão econômica mundial, atualizou essa observação, modificando significativamente o cenário otimista aventado pelos proponentes da tese do novo transnacionalismo dos trabalhadores. Nesse sentido, o atual enfraquecimento das redes sindicais internacionais impulsionadas pelo sindicalismo brasileiro reflete a profunda crise pela qual o movimento sindical no país atravessa, às voltas com inúmeros retrocessos em termos de direitos trabalhistas e com a diminuição de seu poder de barganha devido ao esfacelamento de suas bases sociais, atingidas duramente pelo desemprego, pelo subemprego e pela informalização do trabalho.²³

Se o novo transnacionalismo não é a resposta, qual seria a forma emergente de agitação capaz de modular a atual reconstrução do movimento dos trabalhadores? Silver argumentou que a relação entre inquietação trabalhista e acumulação capitalista produziu ao longo do século XX dois grandes padrões de mobilização de trabalhadores: as agitações marxianas, que ocorrem quando novas classes trabalhadoras são construídas, e as agitações polanyianas, que acontecem quando antigas classes trabalhadoras são desconstruídas. Para ela, o padrão marxiano é aquele em que a classe se forma a partir, sobretudo, dos conflitos que ocorrem nos locais de trabalho. Por outro lado, no padrão polanyiano os conflitos acontecem principalmente fora dos locais de trabalho, impulsionados pela defesa por parte dos trabalhadores de pactos sociais ameaçados pelo mercado.

Nossa investigação da dinâmica de longo prazo do trabalho no mundo estará atenta, portanto, a agitações operárias de tipo marxiano e polanyiano.

21 Cf. EVANS, Peter. Is it Labor's Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 3, 2010.

22 EVANS, Peter. Is an alternative globalization possible? **Politics & Society**, v. 36, n. 2, 2008, p. 291

23 Cf. KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

Agitações do tipo polanyiano são contra-ataques à expansão do mercado global autorregulado, especialmente da parte das classes trabalhadoras que estão sendo desfeitas e dos trabalhadores que se beneficiavam de pactos sociais que são abandonados pelos de cima. Agitações do tipo marxiano significam lutas das novas classes trabalhadoras implementadas e fortalecidas sucessivamente como consequência não intencional do desenvolvimento do capitalismo histórico, ainda que simultaneamente ao desaparecimento das antigas classes trabalhadoras.²⁴

Esquemáticamente, no padrão marxiano os alvos da agitação trabalhista seriam as empresas e as mobilizações tenderiam a ser ofensivas. No padrão polanyiano, o alvo seria o Estado e as agitações tenderiam a ser defensivas. A classificação desses padrões, somada à análise histórica da mobilidade do capital, levou Silver a associar o padrão marxiano ao Sul global, isto é, países que atraem investimentos capitalistas pelo fato de possuírem uma força de trabalho barata, e o padrão polanyiano ao Norte global, ou seja, países de onde os investimentos capitalistas provêm repelidos por custosos pactos sociais de proteção do trabalho.²⁵

De certa maneira, a hipótese do novo transnacionalismo dos trabalhadores aventada por Evans dialogou com o modelo proposto por Silver, no qual um “Sul insurgente” e rico em agitações ofensivas assumiria autêntico protagonismo diante de um Norte um tanto decadente, no qual a classe trabalhadora tentaria se defender do desmanche da proteção social ensejado pelo neoliberalismo. Até que ponto o advento da crise da globalização modificou esse diagnóstico, pressionando o modelo de Silver de dois grandes padrões de mobilização de trabalhadores? Um diálogo entre Marx e Polanyi poderia ser capaz de revelar a existência de um terceiro padrão? Além de saber como as classes são *feitas* – padrão marxiano – e *desfeitas* – padrão polanyiano –, a crise atual não exigiria refletir a respeito de como elas *refazem-se* a si mesmas?

Não estamos propondo retornar à crítica de Eric Hobsbawm à periodização da formação da classe operária inglesa proposta por Thompson.²⁶ Gostaríamos apenas de destacar o ponto comum a ambos, isto é, a importância de observarmos a plasticidade histórica das classes pensadas em seu estado de permanente inacabamento. É o que a crise da globalização neoliberal tem estabelecido como tarefa ao campo investigativo, que Marissa Brookes e Jamie K. McCallum chamaram de *novos estudos do trabalho global*.²⁷ Aqui, refiro-me principalmente aos trabalhos de Alexander Gallas, Andreas Bieler, Ben Scully, Ching Kwan Lee, Gay Seidman, Immanuel Ness, Jennifer Chun, Jörg Nowak, Karl von Holdt, Marcel Paret, Marcel van der Linden, Michael Burawoy, Ruth Milkman e tantos outros sociólogos abrigados na revista *Global Labour Journal*. Trata-se de um projeto editorial dedicado à análise das formas evolventes de mobilização dos trabalhadores organizados e não organizados em sindicatos no contexto global atual, que combina agitação trabalhista e uma longa depressão econômica.²⁸

24 Cf. SILVER, Beverly. *Idem*, p. 35.

25 Cf. *Idem*. *Ibidem*.

26 Cf. HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

27 Cf. BROOKES, Marissa; MCCALLUM, Jamie K. The New Global Labour Studies: A Critical Review. **Global Labour Journal**, v. 8 n. 3, 2017.

28 Cf. <<https://mulpress.mcmaster.ca/globallabour/index>>.

Para Brookes e McCallum, os novos estudos representam um campo renovado de investigações que se apoiou na abordagem pioneira, e um tanto ou quanto marcada pelo otimismo neopolanyiano, a respeito da relação entre globalização e trabalho elaborada, entre outros, por Beverly Silver, Edward Webster, Peter Evans e Ronaldo Munck. No entanto, os novos estudos buscaram temperar o entusiasmo trazido pela ascensão do “Sul insurgente” nos anos 2000, tendo as classes trabalhadoras dos países dos Brics à frente, com o realismo necessário à análise da metamorfose das mobilizações de trabalhadores tanto nos países do Norte quanto do Sul nesse longo ciclo depressivo iniciado em 2008. Para os novos estudos, interpelar o momento presente da classe trabalhadora implica perceber que suas formas tradicionais de representação têm percorrido um caminho no qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não são mais eficientes para alterar os rumos da governança neoliberal de Estados e empresas, enquanto novas experiências organizativas ainda estão em seus estágios embrionários.

Além disso, como argumentam os autores alinhados aos novos estudos, não apenas as identidades coletivas contemporâneas dos trabalhadores diferem substancialmente da antiga classe operária fordista, como também sua forma característica de protesto, isto é, a ação direta e rápida, revela uma mudança completa no modo de regulação das relações de trabalho. Afinal, a crescente deterioração da relação salarial fordista e o aumento do desemprego em vários países promoveram o crescimento da informalidade laboral, que tem afastado os trabalhadores da proteção das leis, além de intensificar a rotatividade e estimular a intermitência do trabalho. As negociações coletivas foram se tornando cada vez mais descentralizadas e os contratos de trabalho, mais precários e individualizados, minando a capacidade protetiva da economia “moral” dos pobres, para lembrarmos um conceito thompsoniano cada dia mais atual, e transformando muitas vezes a ação direta na única alternativa crível para os trabalhadores pobres e precários.²⁹

Ainda assim, não deixa de ser surpreendente que o encontro entre a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho tenha sido acompanhado, entre 2008 e 2013, segundo o minucioso levantamento feito por Isabel Ortiz, Sara Burke, Mohamed Berrada e Herman Cortes,³⁰ pela intensificação dos protestos sociais em todas as regiões do planeta, com exceção da Ásia. Em acréscimo, para Thomas Carothers e Richard Youngs, esses protestos tornaram-se cada vez mais frequentes a partir de 2010 e estabilizaram-se em um patamar surpreendentemente elevado a partir de 2012, quando comparados aos protestos dos anos 1980 e 1990.³¹ Daí o espanto: como interpretar a anomalia segundo a qual o sindicalismo fordista declina, mas a mobilização dos trabalhadores se acirra?

Uma pista importante foi sugerida por Marcel van der Linden, para quem a principal característica do atual ciclo é que a esmagadora maioria dos protestos trabalhistas constantes da base de dados do Instituto de Estudos Avançados do Trabalho de Amsterdã (Aias) tem

29 Cf. THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

30 Cf. ORTIZ, Isabel; BURKE, Sara; BERRADA, Mohamed; CORTES, Herman. World Protests 2006-2013. **Working Paper**, Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung, New York, 2013.

31 Cf. CAROTHERS, Thomas; YOUNGS, Richard. The Complexities of Global Protests. **Working Papers**, Carnegie Endowment for International Peace, New York, 2015.

endereçado suas queixas aos governos, exigindo que o Estado nacional, em vez de cuidar dos interesses dos grandes bancos e setores empresariais, desenvolva políticas econômicas e sociais capazes de deter a “desmoralização” da economia “moral” dos cidadãos.³²

Em poucas palavras, os novos estudos têm demonstrado que os protestos atuais gravitam em torno da oposição à onda de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, traduzida em termos de eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de impostos sobre a circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde, precarização do trabalho e controle sobre os preços do transporte público e dos aluguéis. Além disso, tem se tornado usual a associação dessa agenda à crítica da influência desmedida do poder das finanças e das grandes corporações sobre as decisões tomadas pelos governos nacionais. Em suma – e essa é uma conclusão corriqueira nesse campo de estudos –, os trabalhadores, em especial no Sul global, estariam ressignificando sua experiência classista a fim de defender por meio da ação direta sua própria subsistência ameaçada pelos desdobramentos “austericidas” da crise da globalização neoliberal.³³

Que vantagem heurística é possível alcançar por meio desse tipo de abordagem? Afinal, muitos sociólogos influentes, como Manuel Castells e Donatella della Porta, têm se debruçado sobre a onda de inquietação social global iniciada em 2010, comparando os movimentos que tomaram as ruas em países como Egito, Tunísia, Portugal, Espanha, Turquia, Índia e Brasil, aos acontecimentos de 1968.³⁴ Assim, essas análises acabam por relativizar, quando não desprezam completamente, a importância do papel das greves e das mobilizações de trabalhadores no quadro geral das manifestações e das ocupações de espaços públicos por setores descontentes com as respostas austericidas dos governos à crise da globalização neoliberal.

No entanto, uma visão mais detida sobre o ciclo de protestos inaugurado pela “Primavera Árabe” logo é capaz de identificar a existência de uma relação íntima entre as lutas por “democracia real já”, protagonizadas por grupos sociais formados por jovens, e o ciclo grevista global que se ampliou, conforme argumenta Nowak, entre 2010 e 2015, através do tempo e do espaço, convocando outros territórios e atores para o centro do palco das cenas políticas nacionais e obrigando a sociologia do trabalho a ampliar o foco quase exclusivo no movimento sindical, nas negociações coletivas e nos locais de trabalho.³⁵ Para lembrarmos a conclusão de Rosa Luxemburgo a respeito da dinâmica da Revolução Russa de 1905, protestos sociais têm o poder de impulsionar greves de massas e vice-versa, numa dialética que enlaça a política e a economia, a organização sindical e a espontaneidade popular.³⁶

Diga-se de passagem, explorar a relação íntima existente entre o tipo específico de ação conectada às metamorfoses das relações de trabalho e as novas formas sociais de

32 Cf. LINDEN, Marcel van der. Global Labour: A Not-so-grand Finale and Perhaps a New Beginning. **Global Labour Journal**, v. 7, n. 2, 2016.

33 Cf. BURAWOY, Michael. Facing an unequal world. **Current Sociology**, v. 63, n. 1, 2015, pp. 5-34.

34 Cf. CASTELS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013; DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements in Times of Austerity**. Cambridge: Polity, 2015.

35 Cf. NOWAK, Jörg. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India: Popular Mobilisation in the long Depression**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

36 Cf. LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LOUREIRO, Isabel (org.) **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. 1. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

organização dos trabalhadores que emergem para além do local de trabalho tem balizado meu próprio esforço investigativo a respeito da formação do “precariado” pós-fordista brasileiro e, mais recentemente, global.³⁷ Aqui talvez caiba um rápido esclarecimento. Por precariado entendemos aqueles grupos da classe trabalhadora inseridos em condições precárias de vida e de trabalho, isto é, mais suscetíveis às crises econômicas e, conseqüentemente, mais expostos aos ciclos de aumento da pobreza e das desigualdades entre as classes. Além disso, devemos adicionar a essa noção aqueles estratos intermediários de diferentes classes sociais, em especial os mais jovens, que, devido ao aumento das desigualdades sociais, avançam rumo à proletarização.

Em termos marxistas, diríamos que o precariado consiste naquela fração das classes subalternas formada pelo amálgama das populações latente, flutuante e estagnada da classe trabalhadora, acrescida de setores médios em vias de proletarização, sobretudo os grupos sociais jovens, em trânsito mais ou menos permanente entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Ao nos referirmos ao precariado, não pretendemos substituir conceitos como os de “trabalhadores”, “classes subalternas” ou mesmo “plebe”, mas simplesmente delinear quais grupos subalternos emergem como mais promissores para a análise do ciclo de protestos pós-crise de 2008 no tocante à identificação de um padrão global emergente de agitação trabalhista.

Nesse sentido, é importante frisar que assumimos certa distância do conceito de “multidão” elaborado por Antonio Negri e Michael Hardt. Formada por todos os trabalhadores e “pobres” do planeta, cada vez mais interligados num espaço mundial “aplainado” por fronteiras nacionais em declínio, a multidão seria para eles a fonte do poder constituinte global exatamente por ser uma classe com características muito semelhantes em diferentes países, devido ao processo de globalização produtiva mundial, e que enfrentaria o “império”, isto é, uma rede global formada pelo amálgama de corporações mundiais com instituições da governança global (G-7, OMC, FMI etc.). Entre as principais características da multidão, encontraríamos o engajamento na “produção de diferenças, invenções e modos de vida”, ocasionando uma “explosão de singularidades” conectadas e coordenadas por um “processo constituinte aberto”.³⁸

Todavia, o que os novos estudos têm revelado com certa clareza é que o precariado comporta-se como uma fonte dinâmica de interpelações não das corporações ou da governança global, mas dos governos nacionais. Além disso, não identificamos no precariado uma fonte do “poder constituinte global”, pois sua ação consiste em resistir aos ataques da mercantilização por meio, sobretudo, da defesa do polo protetivo do trabalho e, conseqüentemente, de sua própria subsistência. Assim, o precariado não se coloca “fora” das instituições ao “constituir” uma sociedade global de novo tipo, mas tende a mostrar-se uma fonte de “poder instituinte”, isto é, uma força social reformista capaz de interpelar os Estados por meio da gramática dos direitos sociais.

Aos nossos olhos, esse poder instituinte é uma peça-chave do atual ciclo global de protestos cujo ritmo acelerou a partir de 2010 e que inclui passeatas, greves, motins contra

37 Cf. BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012; BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

38 Cf. NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. São Paulo: Record, 2005.

a carestia e outras formas de agitação trabalhista. Ao acompanhar a evolução desse ciclo no Brasil, na África do Sul e em Portugal, por exemplo, pude perceber que muito provavelmente estamos vivendo um momento do “refazer-se” das classes trabalhadoras em escala global que não se enquadra apropriadamente nem no padrão “marxiano” de formação de classe nem no padrão “polanyiano” de desconstrução de classe, aos quais Silver se referiu no final dos anos 1990. Em acréscimo, diria que os conflitos sociais impulsionados pela ação coletiva dos jovens trabalhadores precários que tive oportunidade de investigar no livro *A rebeldia do precariado* foram apreendidos como coconstituindo a conjuntura global da qual eles próprios são uma parte, o que nos permitiu identificar, apesar da grande diversidade nacional, algumas características comuns desse “refazer-se” classista.³⁹

Na realidade, os três casos nacionais revelaram a mescla entre protestos sociais e greves de massas, em uma espécie de fusão de conflitos econômicos e políticos cujo sentido consiste em resistir à articulação de diferentes formas de alienação mercantil por meio da ação direta. Assim, o aumento do peso social do precariado urbano em diferentes sociedades nacionais no Norte e no Sul não estaria evidenciando o surgimento de um padrão alternativo de agitação trabalhista?

3. O surgimento de um padrão thompsoniano de agitações trabalhistas?

SE NOSSA HIPÓTESE ESTIVER CORRETA, parece-nos adequado chamar esse padrão emergente de “thompsoniano”. Afinal, um ponto crucial da análise historiográfica de Thompson foi sua capacidade de mostrar como uma pluralidade de atores, tais como trabalhadores fabris, pequenos proprietários rurais arruinados, trabalhadores domésticos e artesãos, soube ressignificar suas múltiplas identidades passadistas enraizadas na vizinhança, na família, em associações religiosas, em clubes de debates e em comunidades científicas, unificando-se em uma classe relativamente homogênea a partir de meados do século XIX. E os novos estudos do trabalho global não estão chamando nossa atenção para a necessidade de ampliarmos nosso foco investigativo a fim de percebermos a importância da multiplicação dos atores, em especial dos jovens trabalhadores precários atuando em territórios politicamente ressignificados?

Nesse sentido, cabe observar que o avanço da mercantilização trazido pela crise da globalização neoliberal tem se mostrado uma fonte tanto de precarização da condição proletária como de estímulo à aparição, em escala nacional, de insurgências plebeias protagonizadas por trabalhadores precários. No livro *A rebeldia do precariado*, busquei analisar processos nos quais a inquietação social nos bairros e nas comunidades transbordou para os espaços públicos, manifestando-se de maneira mais ou menos orgânica em levantes populares cujos alvos são invariavelmente os governos. Em geral, os jovens trabalhadores precários portugueses, sul-africanos e brasileiros estudados nesse livro envolveram-se no ativismo social por meio de assembleias populares, da formação de sindicatos independentes, da ação direta e rápida, muitas vezes violenta, sobre os representantes do Estado ou da criação de

³⁹ Cf. BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

novos movimentos sociais de resistência às ameaças da mercantilização, normalmente tendo o território como referência aglutinadora.⁴⁰

Daí nos parecer útil interpretar o padrão atual de agitação trabalhista recorrendo a Thompson, em especial ao conhecido ensaio dedicado à “economia moral da multidão”. Como sabemos, em sua formulação original, a noção de “economia moral” procurou revelar o comportamento político da multidão durante os chamados “motins da fome” na Inglaterra do século XVIII, partindo da observação da centralidade dos valores tradicionais ou normas culturais não econômicas na orientação da ação política da plebe. Assim, aquela primeira onda da mercantilização da natureza e do dinheiro promovida pelo Estado através da liberalização do comércio de grãos e, conseqüentemente, da mudança na forma tradicional de formação do preço do pão foi acompanhada por grandes insurgências populares que interpelavam os governos e buscavam controlar os preços a fim de resguardar a economia moral das ameaças do mercado. Para tanto, a plebe insurgente recorreu à gramática do direito consuetudinário inglês que, à época, subordinava o direito à propriedade ao direito à vida.⁴¹

É nesse sentido que percebemos certo paralelismo entre, por um lado, a práxis política da multidão insurgente do século XVIII que buscava defender sua subsistência das ameaças da primeira onda da mercantilização por meio do controle do preço dos grãos e, por outro, a práxis política do precariado insurgente nas primeiras décadas do século XXI que busca resguardar sua sobrevivência dos efeitos deletérios da, para lembramos a expressão de Burawoy, “terceira onda da mercantilização”, a partir da defesa de direitos sociais ameaçados pelas políticas neoliberais.⁴² E tanto no século XVIII quanto no XXI, o Estado nacional aparece como instrumento da mercantilização e como destinatário final das exigências ligadas à reprodução da economia moral, ainda que, como pudemos observar na África do Sul, por exemplo, às custas de ondas de violência xenofóbica.⁴³

Por último, vale destacar outro importante paralelo entre os dois contextos históricos. Acompanhando a formulação thompsoniana sobre o refazer-se permanente das classes sociais, parece-nos que o atual protagonismo do precariado no ciclo global de protestos revela um momento no qual, em escala mundial, a classe trabalhadora fordista foi, até certo ponto, “desfeita” pelo neoliberalismo, quer seja do ponto de vista das dinâmicas internas às empresas – terceirização, automação, contratualização –, quer seja do ponto de vista do desmanche da proteção trabalhista em diferentes contextos nacionais.⁴⁴ Assim, desfaz-se, igualmente, a relação entre os trabalhadores mais jovens e as lideranças políticas tradicionalmente associadas ao movimento dos trabalhadores fordista, sem que um outro tipo de relacionamento a substitua. Dispensável sublinhar a importância dessa mudança para a interpretação do momento atual de recrudescimento dos “populismos” em diferentes contextos nacionais.⁴⁵

40 Aqui, vale a incontornável referência ao sempre inspirador trabalho de James C. Scott. Cf. SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. Nova Iorque: Yale Press, 1992.

41 Cf. THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

42 Cf. BURAWOY, Michael. Facing an unequal world. **Current Sociology**, v. 63, n. 1, 2015, pp. 5-34.

43 Não deixa de ser interessante lembrar que Thompson se debruçou meticulosamente sobre os efeitos politicamente deletérios e xenofobos da tentativa frustrada de internacionalização do jacobinismo para o contexto inglês no final do século XVIII e início do século XIX. Entre outros, cf. THOMPSON, Edward P. **Os românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

44 Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

45 Cabe lembrar que E. P. Thompson enfatizou, na experiência de autoconstrução da classe operária, a análise da

De maneira alegórica, diríamos que aquilo que sucedeu ao desmanche do operariado fordista nos remete à etapa anterior à formação da classe operária inglesa do século XIX, quando as lutas de classes eram travadas “sem classes”, isto é, na ausência de uma diferenciação historicamente mais precisa das classes sociais fundamentais da sociedade capitalista. Tratava-se do momento no qual uma plebe semiurbana formada pelo amálgama de diferentes estratos populares herdeiros de relações sociais passadistas enfrentava as ameaças trazidas pela mercantilização dos preços dos bens de subsistência, impulsionada por uma *gentry* em vias de se aburguesar, vocalizando a gramática de direitos consuetudinários enraizada nas relações feudais de poder.⁴⁶

Evidentemente conhecemos a recusa do próprio Thompson quanto à “ampliação” histórica das noções de “economia moral” e “luta de classes sem classes”. No entanto, não advogamos uma ortodoxia interpretativa, mas apenas uma fonte de inspiração teórica capaz de iluminar o atual padrão de agitação trabalhista pós-crise de 2008.⁴⁷ Ou seja, tomamos esses conceitos como balizas capazes de orientar a análise, em particular no tocante ao processo de desmanche do operariado fordista e do advento e ampliação de um precariado urbano que, por suas características, aproxima-se de um amálgama de diferentes estratos populares herdeiros de relações sociais passadistas que enfrenta as ameaças trazidas pela terceira onda da mercantilização. Aliás, nessa direção, Daniel Bensaïd procurou atualizar a noção thompsoniana de economia moral da multidão a fim de analisar as novas formas de espoliação social trazidas pela globalização neoliberal.⁴⁸

Além disso, vale destacar que a noção de “luta de classes sem classes” faz referência a um tipo de conflito social amparado na ação de grupos sociais insurgentes que interpela diretamente os governos sem a mediação de representantes políticos reconhecidos pelo Estado. Trata-se de um padrão emergente de conflito social muito alinhado ao atual ciclo de mobilizações pelo qual atravessam os três casos nacionais analisados em *A rebeldia do precariado*. Finalmente, as insurgências do precariado brasileiro, português e sul-africano resistem às formas de mercantilização que degradam sua subsistência e atacam seus direitos sociais a partir de modos de consciência coletiva distintos da consciência da classe operária fordista, usualmente balizada pela negociação coletiva dos salários e das condições de trabalho.

Aqui, talvez, repouse a principal lição deixada por Thompson em seus ensaios sobre a multidão do século XVIII: há que se resgatar a universalidade da noção de “luta de classes” (naquele momento, *gentry versus plebe*) como elemento prévio à aparição de “classes”

relação entre os trabalhadores e as inúmeras formas de liderança política existentes entre os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, com especial destaque para os líderes religiosos, utópicos e demagógicos. Cf. THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2012; THOMPSON, Edward P. **Os românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

46 Aqui, vale enfatizar que em diferentes passagens de sua obra Thompson analisou de forma bastante minuciosa a apropriação de formas paternalistas de justiça por movimentos de trabalhadores. Na realidade, trata-se de uma dimensão central de historiografia thompsoniana que, por vezes, não é suficientemente enfatizada pelos comentaristas. Cf., em especial, THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2012; THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

47 For further details concerning the possibilities of ‘expanding’ the Thompsonian concept of moral economy in order to shed light on modern civil society too, cf. GÖTZ, Norbert. Moral economy: its conceptual history and analytical prospects. **Journal of Global Ethics**, 11/2, 2015.

48 Cf. BENSALID, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

(burguesia *versus* operariado) sociologicamente diferenciadas. Quando destacamos a importância da práxis política do precariado no atual ciclo de agitações trabalhistas globais, pensamos estar captando este momento transitivo no qual a luta de classes torna-se cada dia mais central, a despeito do desmanche da classe trabalhadora do período anterior. No seu lugar, surgem grupos sociais de trabalhadores pobres e setores médios da sociedade, sobretudo os mais jovens, pendulando entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social.

Na realidade, pensar este momento transitivo nestes termos não é nenhuma novidade para o marxismo crítico. Em 1987, Étienne Balibar, o discípulo mais famoso de Althusser, em um influente ensaio intitulado “Da luta de classes à luta sem classes?” já enfatizava a “universalidade do antagonismo” das lutas sem classes, ao afirmar que:

A ‘desaparição das classes’, sua perda de identidade ou de substância, é ao mesmo tempo uma realidade e uma ilusão. É uma realidade, já que a universalização efetiva do antagonismo acabou por dissolver o mito de uma classe universal, destruindo as formas institucionais locais sob as quais, durante aproximadamente um século, o movimento operário, de um lado, e o Estado burguês, de outro, haviam unificado relativamente burgueses e proletários na Nação. Uma ilusão, todavia, porque a identidade ‘substantiva’ das classes não foi, jamais, senão um efeito invertido das práticas dos atores sociais, e que, desse ponto de vista, não há nada de novo: ao perdermos essas ‘classes’, não perdemos de fato *nada*. A ‘crise’ atual é uma crise das formas de representação e de determinadas práticas da luta de classes: como tal, ela pode ter efeitos históricos consideráveis. Mas ela não é uma desaparecimento do antagonismo em si mesmo ou, se se preferir, o fim de uma série de formas antagonicas da luta de classes.⁴⁹

Em suma, ao destacarmos a resistência contemporânea à mercantilização, devemos esperar encontrar a luta de classes, mas não em sua roupagem industrial ou fordista. De fato, não se trata propriamente de uma política de classe operária no sentido tradicional. Por isso, é mister reconhecer que as agitações trabalhistas atuais têm evoluído, entre polaridades dialéticas e reconciliações, no interior de um campo de forças sociais que oscila entre as formas tradicionais de organização dos subalternos e novos movimentos, ainda distantes de uma identidade classista mais bem definida.

As ações do precariado urbano insinuam um modelo complexo de levantes populares, enlaçando disciplina organizativa, repertórios de condutas inspirados no passado, como greves, por exemplo, e demandas protetivas. Tudo somado, essas insurgências plebeias muitas vezes buscam simplesmente “impor a lei”, isto é, regular o mercado, desacelerando o ritmo da “desmoralização” de sua economia expresso na majoração dos preços dos serviços básicos, do transporte público e dos aluguéis. Em geral, os procedimentos da multidão visam fixar os preços e forçar a negociação, ou seja, restaurar a economia “moral” dos pobres, assegurando sua subsistência.

Paralelamente, como demonstram as greves de massas ocorridas entre 2010 e 2015 na indústria da construção pesada brasileira e na indústria automobilística indiana, analisadas

49 BALIBAR, Étienne. Da luta de classes à luta sem classes? **Textos Didáticos IFCH**, n. 20, Campinas, fev. 1996, p. 54.

e comparadas por Jörg Nowak, é necessário não perder de vista que os protestos sociais urbanos entrelaçaram-se com a atividade grevista de trabalhadores submetidos a condições extremas de exploração do trabalho, fortalecendo suas reivindicações e, muitas vezes, assegurando-lhes vitórias parciais.⁵⁰ Eu próprio tive a oportunidade de verificar essa simbiose entre greves bem-sucedidas e protestos sociais durante a greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro, ocorrida logo após as chamadas Jornadas de Junho de 2013; durante a greve dos teleoperadores da Linha Saúde 24, que eclodiu no início de 2014 em Lisboa e no Porto no contexto das mobilizações portuguesas antiausteridade; e durante a greve dos carteiros de Johannesburgo, também em 2014, que se beneficiou do apoio das comunidades pobres imersas em uma notável onda de protestos contra o aumento dos preços dos serviços básicos.⁵¹

Considerações finais

ESSES TRÊS CASOS foram analisados em *A rebeldia do precariado* e evidenciaram um momento histórico marcado por uma transição na qual as classes subalternas refazem suas estratégias, adaptando-se às mudanças trazidas pela crise da globalização neoliberal por meio da formação de novas coalizões entre trabalhadores organizados e desorganizados, sindicatos e comunidades, partidos políticos e novos movimentos sociais. Cabe lembrar que essas greves, que se multiplicam por iniciativa dos próprios trabalhadores sem uma coordenação previamente centralizada, transcendendo o local de trabalho e alcançando repercussão nacional, são reiteradamente impulsionadas por redes informais constituídas em atrito com as direções dos sindicatos.

Trata-se de um tipo de greve capaz de encorajar a formação de identidades coletivas dos subalternos e fortalecer suas iniciativas autônomas, ainda que não seja capaz de produzir um modelo de organização alternativo às formas tradicionais existentes. Na realidade, mesmo quando bem-sucedidas, essas greves evidenciam a fragilidade política inerente ao atual refazer-se classista desses grupos sociais subalternos. Nesse sentido, a análise das greves dos trabalhadores precários pode ajudar a explicar por que verificamos a existência de um ciclo global de greves de massas, mas não uma greve de massas em escala global.

Afinal, trata-se de uma experiência classista ainda claudicante, plasmando e sendo plasmada pela hegemonia neoliberal. Marcadamente inorgânica, a agência política das classes subalternas, mesmo quando logram construir coalizões entre o trabalho organizado e o trabalho desorganizado, evolui por meio de um amálgama de práticas sociais que vocaliza novas categorias fazendo uso do recurso a antigos modos de pensamento. A linguagem característica dessa cultura subalterna pendula frequentemente entre a confiança inspirada na ação direta e a descrença em qualquer tipo de vitória mais duradoura de suas investidas.

Não haveria de ser diferente: essa frágil cultura política só poderia mesmo florescer no interior de fronteiras demarcadas pelo colapso da confiança nas formas tradicionais de solidariedade fordista. Assim, parece-nos correto afirmar que um conflito ativo e potencialmente

50 Cf. NOVAK, Jörg. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India: Popular Mobilisation in the long Depression**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

51 Cf. BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

orgânico entre a lógica neoliberal e os comportamentos não econômicos ligados aos direitos da cidadania está emergindo da resistência interposta à mercantilização por jovens trabalhadores precários. Diante de um Estado cada dia mais débil como protetor do trabalho e forte como instrumento de repressão política e acumulação econômica, é a combinação específica entre a debilidade institucional e a força coletiva do precariado urbano que proporciona a “iluminação geral” na qual se misturam as cores da crise da globalização neoliberal.

Recebido em 09/02/2020

Aprovado em 05/03/2020